

**REZENDE BARBOSA S.A. ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES**

C.N.P.J. nº 44.358.034/0001-28  
RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, apresentamos os Balanços Patrimoniais e demais contas referentes aos exercícios encerrados em 31 de março. Tarumá-SP, 20 de junho 2022.

Ativo	Balanço patrimonial em 31 de março - Em milhares de reais			Passivo e patrimônio líquido	Nota		
	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.152	13.940	Fornecedores	9	14	
Demais contas a receber	6	17	2.802	Juros sobre capital próprio	16.493	16.493	
Outros ativos	7	307	231	Impostos e taxas	141	204	
Total do ativo circulante		18.476	16.973	Total do passivo circulante e não circulante		16.643	16.711
Não circulante				Patrimônio líquido	8		
Realizável a longo prazo				Capital social	31.404	31.404	
Outros ativos	7	199	196	Prejuízos acumulados	(29.372)	(30.946)	
Total do ativo não circulante		199	196	Total do passivo e do patrimônio líquido		18.675	17.169
Total do ativo		18.675	17.169				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Exercícios findos em 31 de março - Em milhares de reais	Demonstração das mutações do patrimônio líquido		
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de março de 2020	31.404	(33.362)	(1.958)
Lucro líquido do exercício	-	2.416	2.416
Em 31 de março de 2021	31.404	(30.946)	458
Lucro líquido do exercício	-	1.574	1.574
Em 31 de março de 2022	31.404	(29.372)	2.032

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1 Informações gerais** - A Rezende Barbosa S.A. Administração e Participações ("Sociedade") é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada em Tarumá, Estado de São Paulo, tem como objetivo a participação, administração e o gerenciamento em outras empresas. Em 31 de março de 2022, a Sociedade não possuía compromisso com terceiros. **(a) Impacto do Coronavírus (Covid-19) nas Demonstrações Financeiras** - Em meados de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde, declarou o surto do Coronavírus (Covid-19) como uma pandemia global, momento este que ocorreu o agravamento desta, aumentando a volatilidade dos mercados, tanto financeiro quanto de commodities. Diante disto, as principais economias Globais vêm enfrentando esta situação, estudando e propondo pacotes de estímulos econômicos e de saúde, no sentido de se evitar uma eventual recessão. No Brasil, medidas de ajuda à prevenção e contenção desta epidemia, estão sendo tratadas mediante a publicação de atos normativos e decretos, tanto na esfera Federal, Estadual e Municipal, abrangendo providências como a postergação do pagamento de tributos e contribuições, medidas restritivas de circulação de pessoas e redução de atividades comerciais e de serviços. A decretação da pandemia e estado de emergência no Brasil trouxe poucos impactos operacionais para a Sociedade, aliado ao fato de que a produção de alimentos e combustíveis (core business) terem sido consideradas atividades essenciais à economia, mantendo assim a continuidade das operações sem interrupções. Nas demonstrações financeiras da Sociedade, encerradas em 31 de março de 2022, não foram evidenciados quaisquer impactos provocados pela pandemia e, até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, a administração concluiu que não havia incertezas relevantes que pudessem colocar em dúvida a capacidade da Sociedade de continuar operando nos próximos doze meses. **Outras considerações** - Sobre a revisão de contratos, por acionamento da cláusula de força maior por clientes, não esperamos impacto relevante para a Sociedade. Não há previsão, ou risco, de interrupção das operações da Sociedade, considerando que está operando em plena capacidade e com os cuidados e recomendações sanitárias necessárias no combate ao COVID-19, em linha com as recomendações da OMS e o Ministério da Saúde. Durante esse período, nossos resultados se mantiveram positivos, ainda com o cenário da pandemia da COVID-19. Tivemos um lucro líquido de R\$ 1.574 no encerramento societário em março de 2022 (2021 - R\$ 2.416). Em função da incerteza com relação a duração e evolução da situação, a Sociedade durante o exercício seguiu os protocolos criados para prevenir a disseminação do SARS-CoV-2. A Rezende Barbosa continua monitorando os impactos da pandemia no Brasil e os possíveis impactos no negócio. Tomadas as providências de planejamento operacional e financeiro e de prevenção, a Sociedade vem monitorando os possíveis impactos da pandemia nos resultados do próximo exercício. **2 Resumo das principais políticas contábeis** - As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações** - As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de abril de 2021 e não foram identificados impactos materiais para a Sociedade: **Reforma da IBOR - Fase 2:** alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 - "Instrumentos Financeiros", ao CPC 06(R2) - "Arrendamentos", ao CPC 11 "Contratos de Seguros". A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pela Sociedade, com relação a: **(i) Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros:** permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desreconhecimento do contrato e, consequentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior. **(ii) Relações de hedge:** a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício. **Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obitadas pela Sociedade nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022. **Novas normas que ainda não entraram em vigor** - Em 25 de outubro de 2021, o Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC emitiu o décimo nono documento de revisão de normas contábeis, as entidades devem aplicar essas alterações nos exercícios anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (1º de abril para a Sociedade), ou seja, não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas não é permitida no Brasil pelo CPC. **Inclusão dos itens 39AG e o novo D13A, alteração da alínea (f) do item D1 e renúncia do item D13A para D13B no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade,** para simplificar a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote normas internacionais pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. **Inclusão dos itens 7.1.9, 7.2.35, e seu título, e B3.3.6A e alteração do item B3.3.6 no CPC 48 - Instrumentos Financeiros,** para esclarecer quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. **Alteração do item 22 e inclusão do item 65 no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola,** para remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no CPC 29 com as de outras normas CPCs. **Alteração dos itens 17 e 74 e inclusão dos itens 20A, 74A, 80D e 81N no CPC 27 - Ativo Imobilizado,** para proibir uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos

dos no resultado do exercício. **Inclusão dos itens 68A, 94A e 108 e alteração do item 69 no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes,** para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. **Alteração dos itens 11, 14, 21, 22 e 23 e inclusão dos itens 21A, 21B, 21C, 23A e 64Q no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios,** com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. Não há outras normas CPCs ou interpretações ICPs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras individuais. **2.2 Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, e evidenciam todas as informações relevantes principais das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Sociedade em 10 de julho de 2022. **2.3 Conversão de moeda estrangeira - Moeda funcional e moeda de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Sociedade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Sociedade. **2.4 Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5 Ativos financeiros - 2.5.1 Classificação e mensuração** - A administração avalia os modelos de negócios que se aplicam aos ativos financeiros mantidos pela Sociedade e classifica os instrumentos financeiros nas devidas categorias: instrumentos de dívida e instrumento de patrimônio. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado: ao valor justo por meio do resultado; ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Nota 4). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. **(a) Valor justo por meio do resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos derivativos e os instrumentos de dívida cujas características de fluxo de caixa não são mantidas dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja coletar fluxos de caixa contratuais ou coletar fluxos de caixa contratuais e vender. Os ativos financeiros, quando existentes nesta categoria são classificados no ativo circulante. **(b) Custo amortizado** - Os ativos financeiros categorizados como custo amortizado são os investimentos, cujo o modelo de negócios estabeleça que sejam mantidos para a coleta de fluxos de caixa contratuais, que representam apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal (Nota 4). **(c) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes** - Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com ganhos ou perdas revertidos para lucros ou perdas no desreconhecimento. Os ativos financeiros, quando existentes nesta categoria são os instrumentos de dívida cotados da Sociedade que são mantidos dentro de um modelo de negócios para coletar fluxos de caixa e vender. **2.5.2 Reconhecimento e mensuração** - As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, mediante cumprimento das obrigações entre as partes. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados na demonstração do resultado. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. O custo amortizado inclui os empréstimos e recebíveis e são contabilizados usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Sociedade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". **2.5.3 Perda (impairment) de ativos financeiros** - As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Sociedade aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício, com o objetivo de determinar a perda esperada. Um ativo ou grupo de ativos financeiros que está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Sociedade usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) a Sociedade, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e • condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Sociedade pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de merca-

Exercícios findos em 31 de março - Em milhares de reais	Demonstração do resultado		
	Nota	2022	2021
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Gerais e administrativas	9	(12.947)	(5.344)
Outras receitas, líquidas	9	14.277	8.284
<b>Lucro operacional antes de participação societária e resultado financeiro</b>		1.330	2.940
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	10	1.258	244
Despesas financeiras	10	(55)	(3)
		1.203	241
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		2.533	3.181
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(959)	(765)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		1.574	2.416
<b>Lucro líquido por ação</b>	8 (d)	0,09	0,13

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Exercícios findos em 31 de março - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em		
	2022	2021	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	1.574	2.416	
Outros componentes do resultado abrangente			
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	1.574	2.416	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Exercícios findos em 31 de março - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	Demonstração do fluxo de caixa - Exercícios findos em 31 de março		
	2022	2021	
<b>Fluxo de caixa de atividades operacionais:</b>	1.574	2.416	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	1.574	2.416	
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Demais contas a receber e outros ativos	2.706	5.121	
Fornecedores	(5)	12	
Adiantamento partes relacionadas	-	1	
Impostos e taxas	(63)	77	
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	4.212	7.627	
<b>Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	4.212	7.627	
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	13.940	6.313	
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	18.152	13.940	

A Diretoria

Exercícios findos em 31 de março - Em milhares de reais	Demonstração do fluxo de caixa - Exercícios findos em 31 de março		
	2022	2021	
<b>Fluxo de caixa de atividades operacionais:</b>	1.574	2.416	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	1.574	2.416	
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Demais contas a receber e outros ativos	2.706	5.121	
Fornecedores	(5)	12	
Adiantamento partes relacionadas	-	1	
Impostos e taxas	(63)	77	
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	4.212	7.627	
<b>Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	4.212	7.627	
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	13.940	6.313	
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	18.152	13.940	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

lidade de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas, bem como não contratou operações de empréstimos e financiamentos. **3.2 Gestão de capital** - O objetivo da Sociedade ao administrar seu capital e garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento dos índices de alavancagem financeira. Estes índices correspondem à Dívida Líquida pelo Ebitda. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. Em 31 de março de 2022 e 2021, a Sociedade não possuiu saldo de empréstimos e financiamentos a pagar. **4 Instrumentos financeiros por categoria**

Ativo - Empréstimos e recebíveis	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	18.152	13.940		
Demais contas a receber	17	2.802		
Outros valores e direitos	307	231		
	18.476	16.973		
<b>Passivo - Outros passivos financeiros</b>	2022	2021		
Juros sobre capital próprio a pagar	16.493	16.493		
	16.493	16.493		

**5 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras** - A Sociedade possui em caixa e depósitos bancários R\$ 18.152 (2021 - R\$ 13.940) de aplicações financeiras representadas por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e são remuneradas por 104,5 (2021 - 105,7%) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. **6 Demais contas a receber**

Ativo - Empréstimos e recebíveis	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	18.152	13.940		
Demais contas a receber	17	2.802		
Outros valores e direitos	307	231		
	18.476	16.973		
<b>Passivo - Outros passivos financeiros</b>	2022	2021		
Juros sobre capital próprio a pagar	16.493	16.493		
	16.493	16.493		

**7 Outros ativos** - O montante de R\$ 2.802 de 2021, refere-se a adiantamentos por conta de compra de açúcar para entrega futura, formalizado no Instrumento Particular de Cessão de Créditos, as antigas controladas Nova América S.A. - Agroenergia e Nova América S.A. - Trading cederam e transferiram à Sociedade a integralidade dos créditos por elas detidos, nos montantes de aproximadamente R\$20.000 mil e R\$117.000 mil, respectivamente, referentes a adiantamentos efetuados a determinados fornecedores de açúcar que, devido à atual situação econômica do setor, não vêm entregando os produtos nas quantidades e prazos previstos nos contratos de compras para entrega futura. A Administração da Sociedade renegociou os prazos de vencimento com esses credores e não registrou provisão para devedores duvidosos para esses ativos por entender que o cenário para o setor sucroalcooleiro para os próximos anos é promissor, permitindo, assim, sua realização sem perdas, todavia, em um prazo superior ao previsto em contrato, acrescidos dos respectivos encargos pactuados. Quando dos recebimentos, os valores serão repassados para a Cosan, que incorporou as empresas anteriormente citadas. Em 13 de setembro de 2019 através do Instrumento de liquidação e extinção de contratos e outras avenças, tornou extinta as obrigações contratuais e cujos saldos devedores continuam sendo recebidos pela Sociedade.

Ativo - Empréstimos e recebíveis	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamento a fornecedores diversos	17	2.802		
	17	2.802		
<b>Circulante</b>	17	2.802		
<b>Não circulante</b>	17	2.802		

**8 Patrimônio líquido - (a) Capital Social** - O capital social totalmente integralizado é representado em 31 de março de 2022 por 16.689.192 ações sem valor nominal (2021 - por 16.689.192 ações ordinárias e nominativas). **(b) Reserva de lucros - Legal:** constituída com a destinação de 5% sobre o lucro líquido apurado no exercício, até o limite de 20% do capital social. **A serem destinados:** a destinação do saldo das reservas de lucros será definida em assembleia geral ordinária. **(c) Dividendos** - A definição sobre o montante de dividendos a serem distribuídos será determinada em Assembleia Geral Ordinária. **(d) Lucro e Prejuízo básico e diluído por ação** - O lucro/prejuízo por ação foi calculado pela média ponderada do valor por ação e está apresentado conforme quadro abaixo:

Exercícios findos em 31 de março - Em milhares de reais	Demonstração do resultado por natureza - A Sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é como segue:		
	2022	2021	
<b>Lucro utilizado na apuração do prejuízo básico e diluído por ação</b>	1.574	2.416	
Quantidade média de ações no período (em milhões)	16.689	16.689	
<b>Lucro líquido por ação - básico e diluído</b>	0,09	0,14	

**9 Demonstração do resultado por natureza** - A Sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é como segue:

Exercícios findos em 31 de março - Em milhares de reais	Demonstração do resultado por natureza - A Sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é como segue:		
	2022	2021	
<b>Gerais e administrativas</b>	2022	2021	
Aluguéis / arrendamentos	(12.552)	(4.988)	
Despesas com processos judiciais	(158)	(81)	
Serviços terceiros	(143)	(241)	
Despesas com cartório	(8)	(1)	
Outros	(86)	(33)	
	(12.947)	(5.344)	

Exercícios findos em 31 de março - Em milhares de reais	Demonstração do resultado por natureza - A Sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é como segue:		
	2022	2021	
<b>Outras receitas, líquidas</b>	2022	2021	
Receita com subarrendamento	15.797	9.265	
Dividendos recebidos	1	-	
Impostos, taxas e contribuições	(1.520)	(981)	
Outros	(1)	-	
	14.277	8.284	
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	2022	2021	
Receitas financeiras:			
Juros sobre aplicações financeiras	1.221	222	
Juros diversos	37	22	
	1.258	244	
Despesas financeiras:			
Juros diversos	(54)	(1)	
Outros	(1)	(2)	
	(55)	(3)	
	1.203	241	

**10 Resultado financeiro** - O lucro/prejuízo por ação foi calculado pela média ponderada do valor por ação e está apresentado conforme quadro abaixo:

**A Administração**  
**Alberto Asato**  
Diretor Superintendente  
**Wendel Marques Cordeiro de Barros**  
Supervisor de Controladoria - CRC 1 SP 263133/O-1

